# AVALIAÇÃO RÁPIDA INTEGRADA (RIA) DO PLANO PLURIANUAL 2022-2025

## ALTA FLORESTA | MT

ACELERANDO O DESENVOLVIMENTO

JACAREACANGA PARANAÍTA ALTA FLORESTA

Hidrelétrica TELES PIRES
NEOENERGIA Eletrobras CGT Eletrosul Furnas

BNDES

PNUD

# AVALIAÇÃO RÁPIDA INTEGRADA (RIA)

## DO PLANO PLURIANUAL 2022-2025

## ALTA FLORESTA | MT

ACELERANDO O DESENVOLVIMENTO

JACAREACANGA PARANAÍTA ALTA FLORESTA

Hidrelétrica TELES PIRES

NEOENERGIA Eletrobras CGT Eletrosul Furnas

BNDES

PNUD

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Avaliação Rápida Integrada (RIA) do Plano Plurianual 2022-2025 [livro eletrônico] : Alta Floresta - MT / organização PNUD Brasil. -- Brasília, DF : Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2022. -- (Avaliação Rápida Integrada (RIA) do Plano Plurianual 2022-2025 ; 3) PDF

Bibliografia.
ISBN 978-85-88201-69-9

1. Avaliação Rápida Integrada (RIA) 2. Desenvolvimento sustentável 3. Indicadores sociais - Alta Floresta (MT) 4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) I. PNUD Brasil. II. Série.

22-114592 CDD-363.7

**Índices para catálogo sistemático:**
1. Agenda 2030 : Objetivos de Desenvolvimento Sustentável : Indicadores : Problemas ambientais 363.7
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

2022 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

REALIZAÇÃO
***Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | PNUD – Brasil***

PARCERIA
***Companhia Hidrelétrica Teles Pires***

SUPERVISÃO
***Maristela Marques Baioni***
***Representante Residente Assistente***

COORDENAÇÃO COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA – DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
***Ieva Lazareviciute***

ORGANIZAÇÃO
***Giane Boselli***

EQUIPE TÉCNICA
***Talita Stori Aquino de Sousa***

REVISÃO TÉCNICA
***Vanessa Gonçalves***
***Lívia Silva***

REVISÃO ORTOGRÁFICA
***Tikinet Edição***

DIAGRAMAÇÃO
***Sense Design & Comunicação***

FOTOGRAFIAS
***Marcio  Pimenta***

# SUMÁRIO


6 INTRODUÇÃO: LOCALIZAÇÃO DA AGENDA 2030

11 AVALIAÇÃO RÁPIDA INTEGRADA (RIA): MONITORANDO O COMPROMISSO NACIONAL E LOCAL COM OS ODS

14 METODOLOGIA

17 CONTEXTO MUNICIPAL

23 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS
24 NÍVEL DE ALINHAMENTO DO PLANO PLURIANUAL (PPA) AOS ODS
27 NÍVEL DE ALINHAMENTO DO PLANO PLURIANUAL AOS 5 P'S

30 DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O ALCANCE DOS ODS
31 ODS 1, 2, 3, 4 E 5
34 ODS 6, 12, 13, 14 E 15
39 ODS 7, 8, 9, 10 E 11
42 ODS 16
43 ODS 17
44 MONITORAMENTO DO PPA À LUZ DA AGENDA 2030

45 CONCLUSÃO

48 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

# INTRODUÇÃO:
# LOCALIZAÇÃO DA AGENDA 2030

A aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) por 193 países-membros na 70ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, demarcou a construção de uma iniciativa global voltada de forma integrada ao desenvolvimento econômico, social e ambiental, com redução da pobreza e das desigualdades, além de melhorias nas condições econômicas e sociais dos povos. Os ODS se organizam em torno de 17 objetivos e 169 metas específicas a serem atingidos por todas as nações signatárias até 2030, e preveem a adoção de indicadores para monitorar o seu processo de implementação. Juntos formam um plano de ação de longo prazo: a AGENDA 2030.

**Figura 1:**
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: PNUD.

Integração e indivisibilidade são características elementares dos ODS, o olhar a ser lançado aos 17 objetivos e suas metas deve ser holístico, entendendo-os como ações que se reforçam e estão voltadas para uma dimensão estratégica a fim de produzir efeitos multiplicadores e aceleradores sobre outros objetivos e metas.

# A AGENDA 2030 SE BASEIA EM TRÊS PRINCÍPIOS

## UNIVERSALIDADE

Implica que metas e objetivos são relevantes para todos os governos e atores. O princípio da universalidade leva em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento. Dessa forma, a universalidade não implica uniformidade, pois considera as disparidades entre os atores envolvidos, baseada no princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada. Este princípio fornece a ancoragem para a implementação dos ODS em nível nacional, subnacional e local;

## INTEGRAÇÃO

Significa equilibrar as três dimensões de desenvolvimento sustentável – social, econômica e ambiental – e compreender que todos os objetivos estão interligados e são indivisíveis. Uma abordagem integrada implica gerenciar as compensações e maximizar as sinergias entre as metas;

## NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS

Este princípio estimula os países a superarem as respectivas médias nacionais. Os ODS devem beneficiar todas as pessoas, independentemente de onde estiverem, superando problemas, erradicando a pobreza e reduzindo as desigualdades. Essa missão pressupõe uma demanda sem precedentes de promoção e uso de dados locais e desagregados para o monitoramento e a análise dos resultados.

Os ODS são um apelo à ação nas áreas de importância crítica para a humanidade e para o planeta nos próximos 15 anos. Cada uma das metas da Agenda 2030 comporta, em sua devida proporção, as seguintes cinco categorias (5 P's):

- **Planeta** – Proteger os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras;
- **Pessoas** – Acabar com a pobreza e a fome em todas as suas formas e dimensões e assegurar a dignidade e a igualdade;
- **Prosperidade** – Garantir uma vida próspera e gratificante em harmonia com a natureza;
- **Paz** – Promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas;
- **Parcerias** – Implementar a Agenda por meio de uma forte aliança global para o desenvolvimento sustentável.

**Figura 2:**
Os 5 P's da Agenda 2030

Fonte: PNUD.

Para que os países alcancem os ODS até 2030, é necessário o engajamento dos governos estaduais e municipais, assim como da sociedade civil e da iniciativa privada. As cidades têm uma importância central neste contexto – são os territórios onde as pessoas vivem, estudam e trabalham, onde as empresas produzem e prestam serviços, e onde o setor público arrecada tributos e presta serviços. São esses os territórios em que é possível potencializar a implementação da Agenda 2030 de maneira concreta e eficiente para cidadãos e cidadãs, levando os ODS para a realidade cotidiana das pessoas. Os processos de planejamento, e monitoramento da implementação da Agenda 2030 nos territórios têm sido denominados "Localização dos ODS". Localizar os ODS significa, portanto, fazer com que suas propostas e aspirações se tornem reais para as comunidades, lares e indivíduos, particularmente para aqueles que correm o risco de "ficar para trás".

Diante desse novo desafio, a Companhia Hidrelétrica Teles Pires e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) se uniram em uma reflexão sobre as possibilidades de territorialização dos ODS em três cidades impactadas pela operação da empresa. O projeto "Acelerando o Desenvolvimento" está promovendo a formação cidadã e a ampliação das capacidades locais para o desenvolvimento territorial sustentável, por meio de estratégias de territorialização da Agenda 2030 e de aceleração dos ODS. O objetivo final é contribuir, de forma sustentável, para o desenvolvimento econômico, social e ambiental destas cidades.

Para alcançar esse objetivo, têm sido elaborados diagnósticos referentes ao desenvolvimento local à luz dos ODS e têm sido fomentados processos de fortalecimento da capacidade dos atores locais para a territorialização e aceleração dos ODS.

A territorialização dos ODS é realizada por meio da metodologia "CapaCidades" – desenvolvida pelo PNUD e alinhada à abordagem institucional MAPS (Mainstreaming, Acceleration and Policy Support) – a fim de adotar estratégias apropriadas para as características específicas de cada território e de seus municípios.

## NO FIM DO PROJETO, OS RESULTADOS ESPERADOS SÃO:

i. **ter estabelecido referências e elaborado insumos para o melhor alinhamento das ações locais de desenvolvimento dos ODS nos territórios;**

ii. **ter fortalecido as capacidades dos atores locais para a integração dos ODS e implementação da Agenda 2030 nos municípios. Como resultado das atividades de capacitação e assessoria técnica, espera-se obter a formulação, o acompanhamento (inclusive por meio de um repertório de indicadores) e a avaliação de políticas públicas em âmbito local;**

iii. **ter sistematizado o conhecimento e os materiais metodológicos gerados pelo projeto e tê-los disponibilizado para os stakeholders, com vistas a uma eventual replicação dos seus resultados.**

Para facilitar a integração dos ODS aos planos locais, o PNUD analisou o Plano Plurianual (PPA 2022-2025) de cada um dos três municípios envolvidos no projeto, utilizando a metodologia de Avaliação Rápida Integrada (RIA), que tem por objetivos: disponibilizar orientações sobre a relevância do alinhamento do planejamento municipal às metas dos ODS, indicar prioridades de desenvolvimento, e fornecer opções para a aplicação de uma abordagem integrada a fim de alcançar o desenvolvimento sustentável.

# AVALIAÇÃO RÁPIDA INTEGRADA (RIA)

## MONITORANDO O COMPROMISSO NACIONAL E LOCAL COM OS ODS

A Avaliação Rápida Integrada, ou *Rapid Integrated Assessment* (RIA), é um método de análise desenvolvido pelo PNUD e se constitui como uma ferramenta cujo objetivo é auxiliar os países a avaliarem o próprio nível de preparação para a implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A RIA realiza um mapeamento dos ODS nas prioridades nacionais e subnacionais para determinar como eles estão refletidos nos objetivos e metas dos documentos de planejamento local – Planos Plurianuais (PPAs), Planos Nacionais de Desenvolvimento, Planos Setoriais, Agendas de Desenvolvimento Local etc. – facilitando a compreensão da Agenda e o diálogo necessário para dar início à fase de implementação. **O resultado desse mapeamento proporciona uma visão geral indicativa do nível de alinhamento dos planos nacionais e subnacionais com as metas dos ODS.**

Esse exercício permite visualizar, de maneira prática, onde estão as maiores fortalezas para o alcance da Agenda 2030 em âmbito municipal, estadual e federal, bem como onde estão os maiores gargalos. Vale lembrar que muitas das ações necessárias para alcançar os ODS já estão sendo realizadas nas mais diversas localidades brasileiras, ainda que não existam conexões formais com os ODS.

Com o RIA, é possível que um município ou estado, por exemplo, identifique quais ações do seu PPA, já em fase de implementação, dialogam com a Agenda – ou onde se pode fazer mais. Esta ferramenta tem sido utilizada por mais de 17 países, incluindo Butão, Cabo Verde, República Dominicana, México, Índia (a nível subnacional), Jamaica, Namíbia, Panamá, Trinidade e Tobago, entre outros.

O Brasil, ao assumir o compromisso de implementar os 17 Objetivos e suas 169 metas, reconhece que a Agenda 2030 é uma ferramenta direcionada ao planejamento de ações e políticas públicas, da mesma forma que constitui um referencial para o monitoramento e a avaliação destas ações.

O PNUD trabalhou intensamente em nível subnacional para a consolidação e o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)[1], desde 2000, por meio do estabelecimento de parcerias com a sociedade civil, governos e setor privado. Como resultado desse esforço conjunto, em 2015, o Brasil tinha alcançado uma parte significativa dos objetivos dessa agenda. Com a pactuação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o PNUD tem reforçado esse trabalho, levando a agenda aos municípios e estados brasileiros a fim de fortalecer a localização dos ODS.

[1] Em setembro de 2000, refletindo e baseando-se na década das grandes conferências e encontros das Nações Unidas, líderes mundiais de 191 nações se reuniram na sede da instituição, em Nova York, para adotar a Declaração do Milênio da ONU. Com a Declaração, se comprometeram a uma nova parceria global para reduzir a pobreza extrema, constituída por uma série de oito objetivos – com um prazo de alcance para 2015 – que se tornaram conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os oito objetivos estabelecidos foram: 1 – Acabar com a fome e a miséria; 2 – Oferecer educação básica de qualidade para todos; 3 – Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4 – Reduzir a mortalidade infantil; 5 – Melhorar a saúde das gestantes; 6 – Combater a aids, a malária e outras doenças; 7 – Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente; 8 – Estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

Tomando esses esforços para impulsionar o desenvolvimento no Brasil como referência, foi estabelecida uma parceria com a Companhia Hidrelétrica Teles Pires, voltada aos três municípios em que a empresa atua, com o objetivo de desenvolver um conjunto de iniciativas focadas nos ODS. Como Paranaíta é um dos municípios atendidos pelo projeto, e o plano municipal em análise (PPA 2022-2025) se enquadra nos pré-requisitos básicos para efeitos de comparação[2], foi possível desenvolver uma avaliação sobre a localização dos ODS no seu território com a finalidade de:

**DETERMINAR A RELEVÂNCIA DOS ODS NO CONTEXTO MUNICIPAL**

**PROPORCIONAR UM INDICATIVO DO NÍVEL DE ALINHAMENTO ENTRE AS METAS DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL E AS METAS DOS ODS**

**IDENTIFICAR DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030**

**IDENTIFICAR GARGALOS NOS PLANEJAMENTOS MUNICIPAIS E, QUANDO NECESSÁRIO, PROPOR MELHORIAS PARA MITIGÁ-LOS À LUZ DOS ODS**

[2] O PPA está estruturado em forma de objetivos, programas, ações, projetos, atividades e metas, com abrangência semelhante às metas dos ODS.

# METODOLOGIA

Conforme mencionado, a Avaliação Rápida Integrada (RIA) tem por objetivo verificar o nível de alinhamento entre os instrumentos de planejamento governamentais e os ODS, e considerou para a presente análise o novo Plano Plurianual (PPA) 2022-2025 do município de Paranaíta. O PPA é um instrumento obrigatório de planejamento governamental, previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 165), que deve estabelecer diretrizes orçamentárias, programas, objetivos e ações norteadoras da administração para um período de quatro anos. Suas estruturas ditam o marco de planejamento do município, apresentando uma ideia clara e geral das prioridades de médio prazo, incluindo as ações necessárias para cumprir seus objetivos.

O documento que inaugura a Agenda 2030 – Transformando nosso Mundo –, foi acordado entre os países signatários em setembro de 2015. Tal documento se reflete no pacto federativo brasileiro, ou seja, todos os entes federativos devem, de forma colaborativa e conjunta, buscar a convergência de seu planejamento e das respectivas políticas públicas com os ODS e, por conseguinte, devem buscar o cumprimento das metas da Agenda.

## A RIA AVALIOU PRINCIPALMENTE OS SEGUINTES QUESITOS:

i) **número de metas alinhadas e níveis de alinhamento entre os programas/ações do PPA e dos ODS;**

ii) **distribuição das metas alinhadas entre os 5 P's que compõem a agenda (Pessoas, Planeta, Paz, Prosperidade e Parcerias);**

iii) **resultados do alinhamento com as prioridades e especificidades locais.**

Para verificar o nível de alinhamento do PPA com os ODS é determinado o grau de compatibilização dos objetivos/ações municipais com as metas da Agenda 2030, por meio de um exercício de correspondência entre as metas. Para tanto, é aplicada a seguinte metodologia:

**Meta ODS totalmente alinhada**

há um ou mais objetivos/ações municipais correspondentes à meta ODS avaliada, não somente em relação ao texto, mas também em relação ao alcance e à ambição.

**Meta ODS parcialmente alinhada**

há um ou mais objetivos/ações municipais correspondentes à meta ODS avaliada, mas não plenamente – seja por alcance, seja por ambição –, ou não existem indicadores que meçam o seu progresso.

**Meta ODS não alinhada**

não existe um objetivo/ação municipal equivalente à meta ODS avaliada.

**Meta ODS não relevante**

a meta ODS não cabe nem aos deveres, nem às competências, nem às condições do município. Tal meta poderia ser mais condizente com o âmbito nacional, o que a torna excessivamente exigente em âmbito municipal. Alternativamente poderia se tratar de uma meta fora do escopo e da realidade local e específica como, por exemplo, uma meta relacionada ao oceano e à vida marinha para municípios não costeiros.

Após essa avaliação e classificação do nível de alinhamento dos programas/ações municipais às metas dos ODS (totalmente alinhada, parcialmente alinhada, não alinhada e não relevante), constroem-se uma tabela e um gráfico[3] a fim de apresentar os resultados e subsidiar análises posteriores, tais como apresentados na seção 4.1 (Nível de Alinhamento do Plano Plurianual aos ODS).

Já na etapa de distribuição das metas entre os 5 P's da Agenda 2030, também são gerados relatórios, tabelas e gráficos para apresentar os resultados e subsidiar as análises posteriores. Cabe reiterar que os 17 ODS da Agenda 2030 e as metas que os compõem compartilham de diferentes proporções de todos os 5 P's, uma vez que obedecem ao caráter integrado e indivisível da própria Agenda. Assim, quando uma determinada meta é alinhada, proporções de cada um dos P's também são alinhadas, variando de acordo com a temática a que a meta diz respeito.

O ideal seria encontrar um equilíbrio entre os 5 P's, porém a priorização de uma área ou outra em determinado município pode estar relacionada a especificidades locais, evidenciando quais temáticas necessitam de maiores investimentos em médio prazo. Os resultados dessa etapa estão disponíveis na seção 4.2 deste trabalho (Nível de Alinhamento do Plano Plurianual aos 5 P's).

A fim de verificar a adequação dos resultados do alinhamento às prioridades locais e apontar desafios e oportunidades para o alcance dos ODS, a análise parte dos resultados obtidos pela metodologia RIA, acrescida de informações e indicadores socioeconômicos e ambientais oriundos de pesquisas e trabalhos censitários oficiais, de modo a realizar um diagnóstico mais complexo, apresentado na seção 5 deste trabalho (Desafios e Oportunidades para o alcance dos ODS).

[3] Na realização da RIA é utilizada uma planilha eletrônica para imputar as informações do PPA, que são confrontadas às metas dos ODS, gerando assim, automaticamente, a tabela e o gráfico.

# CONTEXTO MUNICIPAL

**Alta Floresta** é um município do estado de Mato Grosso, na região Centro Oeste, com uma população estimada de 52.105 pessoas, em 2021 (IBGE, 2021), apresentando um crescimento populacional em relação a 2010, quando viviam em Alta Floresta 49.164 habitantes (IBGE, 2010).

Do total da população municipal em 2010, 12.300 (25,02%) pessoas eram jovens ou crianças, ou seja, estavam na faixa etária de 0 a 14 anos, e 2.678 (5,45%) se encontravam no grupo de idosos, com idade igual ou acima de 65 anos. A faixa etária entre os 15 e os 64 anos correspondia a 34.186 (69,54%) pessoas do município. Considerando o sexo da população, 24.175 (49,2%) eram mulheres e 24.989 (50,8%) eram homens (PNUD, Ipea, FJP, 2021). Com relação à raça/cor, em 2010, 21.284 (43,3%) eram brancos, 2.610 (5,3%) pretos, 793 (1,6%) amarelos, 24.431 (49,7%) pardos e 46 (0,1%) indígenas (IBGE, 2010).

Os dados mostram que a maioria da população de Alta Floresta é majoritariamente adulta (faixa entre 20 e 64 anos), parda e masculina. A desagregação dos dados populacionais é importante para planejar e elaborar políticas públicas, reforçando o lema da Agenda 2030 de que ninguém seja deixado para trás na construção do desenvolvimento humano sustentável.

Alta Floresta apresentou um comportamento populacional entre 1991 e 2010, com aumento da dinâmica populacional nas áreas urbanas e com uma redução da população na área rural. Para a área urbana houve um crescimento do número de habitantes, passando de 35.231 para 42.718 (87%), enquanto sua área rural passou de 17.800 habitantes para 6.446 (13%). (PNUD, Ipea, FJP, 2013).

Isso demonstra um perfil territorial de maior concentração de atividades na área urbana com demandas centralizadas de acesso à infraestrutura e a equipamentos e serviços de educação e saúde para o ambiente urbano do município, o que merece especial atenção do poder público.

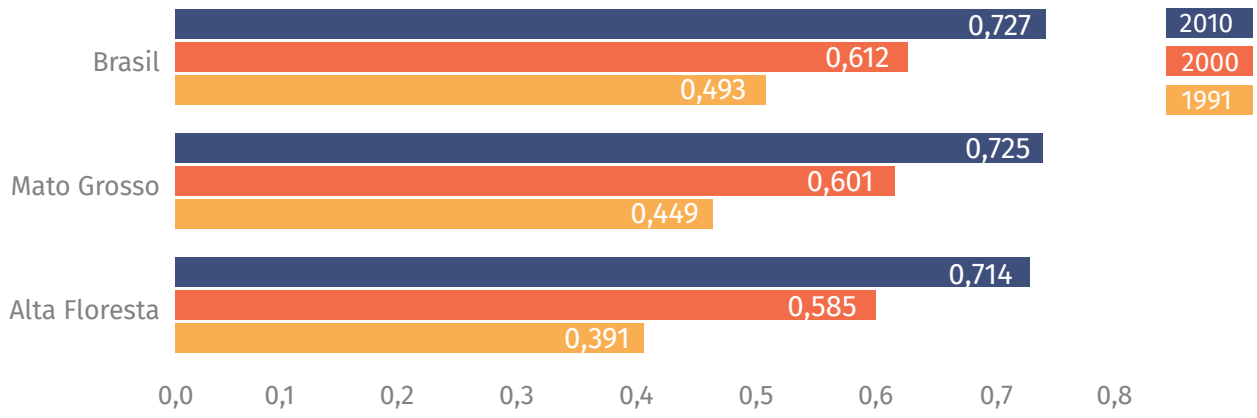
# ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Em 2010, **Alta Floresta** apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,714, o que situa o município na faixa de Alto Desenvolvimento Humano. Entre as três dimensões do IDHM, a dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,817, seguida de Renda, com índice de 0,709, e de Educação, com índice de 0,629. O IDHM de Alta Floresta está bem próximo do IDHM de Mato Grosso (0,774) e do IDHM do Brasil (0,778) (PNUD, IPEA, FJP, 2021).

A partir dos dados do Censo Demográfico, o gráfico e a tabela mostram que o IDHM do município – Alta Floresta – era 0,585 em 2000, e passou para 0,714 em 2010. Como evidenciado anteriormente, o IDHM do município – Alta Floresta – apresentou aumento entre os anos de 2000 e 2010, enquanto o IDHM da UF – Mato Grosso – passou de 0,601 para 0,725. Nesse período, a evolução do índice foi de 22,05% no município, e 20,63% na UF.

Ao considerar as dimensões que compõem o IDHM, também entre 2000 e 2010, verifica-se que o IDHM Longevidade apresentou alteração de 8,5%, o IDHM Educação apresentou alteração de 58,44% e IDHM Renda apresentou alteração de 5,66%. Em 2010, o IDHM do município – Alta Floresta – ocupava a 1.486ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros e a 28ª posição entre os municípios de seu estado (UF).

**Gráfico 1:**
IDHM de **Alta Floresta,** Mato Grosso e Brasil em 1991, 2000 e 2010




A seguir, no Quadro 1 é possível analisar os componentes do IDHM do município de Alta Floresta e os indicadores para a observação do desempenho de cada um dos componentes.

Observamos, na dimensão Educação, o significativo aumento no acesso ao ensino, refletidos no aumento da porcentagem de pessoas de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo, na presença de crianças de 5 a 6 anos na escola, e de 11 a 13 anos no ensino regular, de adolescentes de 15 a 17 anos com fundamental completo e de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

Na dimensão Longevidade, o indicador de esperança de vida ao nascer aumentou de 70,20 para 73,99 de 2000 a 2010, o que faz com que essa dimensão tenha o melhor desempenho apresentado pelo município.

Por fim, na dimensão Renda, observa-se que houve crescimento da renda no município de Alta Floresta entre os anos mencionados. A renda per capita mensal no município era de R$ 520,90, em 2000, e de R$ 660,84, em 2010, a preços de agosto de 2010.

**Quadro 1:**
Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes **– Alta Floresta – MT**

| INDICADORES | TOTAL 2000 | TOTAL 2010 |
|---|---|---|
| **IDHM** | **0,585** | **0,714** |
| **IDHM Educação** | **0,397** | **0,629** |
| % de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo | 29,83 | 49,62 |
| % de 4 a 5 anos na escola | 30,75 | 59,61 |
| % de 11 a 13 anos de idade nos anos finais do ensino fundamental ou com ensino fundamental completo | 68,61 | 93,60 |
| % de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo | 35,90 | 66,60 |
| % de 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo | **15,67** | **42,02** |
| **IDHM Longevidade** | **0,753** | **0,817** |
| Esperança de vida ao nascer | **70,20** | **73,99** |
| **IDHM Renda** | **0,671** | **0,709** |
| Renda *per capita* | **520,90** | **660,84** |

Fonte: PNUD/FJP/IPEA. Censos Demográficos (2000 e 2010).

No Atlas do Desenvolvimento Humano, são consideradas extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza as pessoas com renda domiciliar per capita mensal inferior a R$ 70,00, R$ 140,00 e R$ 255,00 (valores a preços de 01 de agosto de 2010), respectivamente. Dessa forma, em 2000, 4,71% da população do município era extremamente pobre, 19,86% eram pobres e 47,90% eram vulneráveis à pobreza; em 2010, essas proporções eram, respectivamente, de 1,86%, 5,77% e 25,20%. O índice de Gini no município passou de 0,59 em 2000, para 0,48 em 2010, indicando, portanto, que houve redução na desigualdade de renda.

**Quadro 2:**
Pobreza e desigualdade em **Alta Floresta** (1991, 2000 e 2010)

| ALTA FLORESTA – MT | 1991 | 2000 | 2010 |
|---|---|---|---|
| Índice de Gini | 0,55 | 0,59 | 0,48 |
| Extremamente Pobres | 16,29 | 4,71 | 1,86 |
| Pobres | 41,72 | 19,86 | 5,77 |
| Vulneráveis à Pobreza | 68,34 | 47,90 | 25,20 |

Fonte: PNUD, Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010).

Analisando as informações do Cadastro Único (CadÚnico) do Governo Federal, a proporção de pessoas extremamente pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R$ 70,00) inscritas no CadÚnico, após o recebimento do Bolsa Família passou de 11,86% em 2014, para 7% em 2017. Já a proporção de pessoas pobres (com renda familiar per capita mensal inferior a R$ 140,00) inscritas no cadastro, após o recebimento do Bolsa Família, era de 37%, em 2014, e 28,35% em 2017. Por fim, a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda familiar per capita mensal inferior a R$ 255,00) também inscritas no cadastro, após o recebimento do Bolsa Família, era de 49,98% em 2014, e 58,91% em 2017.

**Quadro 3:**
Outros indicadores de renda, por sexo e cor, calculados com base em registros administrativos – **Alta Floresta/MT** – 2015 e 2016

| INDICADORES DE REGISTROS ADMINISTRATIVOS | TOTAL 2015 | TOTAL 2016 | NEGROS 2016 | BRANCOS 2016 | MULHERES 2016 | HOMENS 2016 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita anual, em mil R$ de ago/2010) | 18,22 | 21,00 | - | - | - | - |
| Participação da Indústria no Valor Adicionado | 16,16 | 10,75 | - | - | - | - |
| % de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família | 40,61 | 38,40 | 39,15 | 35,29 | 39,73 | 36,83 |
| % de extremamente pobres no Cadastro Único pós Bolsa Família (com renda domiciliar per capita mensal inferior à R$ 70,00 de ago/2010) | 11,28 | 7,00 | 6,65 | 5,13 | 7,08 | 6,91 |
| % de pobres no Cadastro Único pós Bolsa Família (com renda domiciliar per capita mensal inferior à R$ 140,00 de ago/2010) | 34,16 | 28,35 | 28,67 | 25,31 | 29,07 | 27,50 |
| % de vulneráveis à pobreza no Cadastro Único pós Bolsa Família (com renda domiciliar per capita mensal inferior à R$ 255,00 de ago/2010) | 66,83 | 58,91 | 60,23 | 55,22 | 59,77 | 57,90 |

Fonte: PNUD/IPEA/FJP. Fonte: Cadastro Único – MDH (2015 e 2016).

**Adaptar a Agenda para o nível local é uma das primeiras tarefas que temos pela frente. Para tanto, é imprescindível conhecer nossa realidade para além de nossas percepções, utilizando também dados que temos disponíveis. Assim, poderemos identificar que metas e objetivos serão prioritários para trabalharmos e demandarão mais atenção e investimento. Sistematizar informações e dados sobre os municípios e os estados, possibilita a governos identificarem lacunas e problemas da região, desenharem ações e formas de implementação adequadas à realidade local e fazerem um acompanhamento do progresso de políticas e iniciativas locais e regionais, trabalhando de maneira mais efetiva e integrada no desenvolvimento dos municípios e estados.**

Para mais informações sobre o perfil dos municípios e dos estados, consulte o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>.

# ANÁLISE

## DOS RESULTADOS OBTIDOS

# NÍVEL DE ALINHAMENTO DO PLANO PLURIANUAL AOS ODS

Foram consideradas para a análise 122 metas dos ODS. Ou seja, das 169 metas existentes, 47 metas não eram relevantes para **Alta Floresta,** compatíveis com a sua realidade ou de competência municipal. Das metas ODS consideradas, 39 foram totalmente alinhadas e 46 parcialmente alinhadas, resultando em 85 metas que se alinharam totalmente ou parcialmente com um ou mais objetivos/ações do PPA. Além disso, 37 metas ODS não tiveram alinhamento com nenhum objetivo/ação do PPA. Esses números resultaram em 70% de alinhamento municipal com a agenda ODS (Tabela 1).

**Tabela 1:**
Porcentagem de alinhamento do PPA de **Alta Floresta** aos ODS

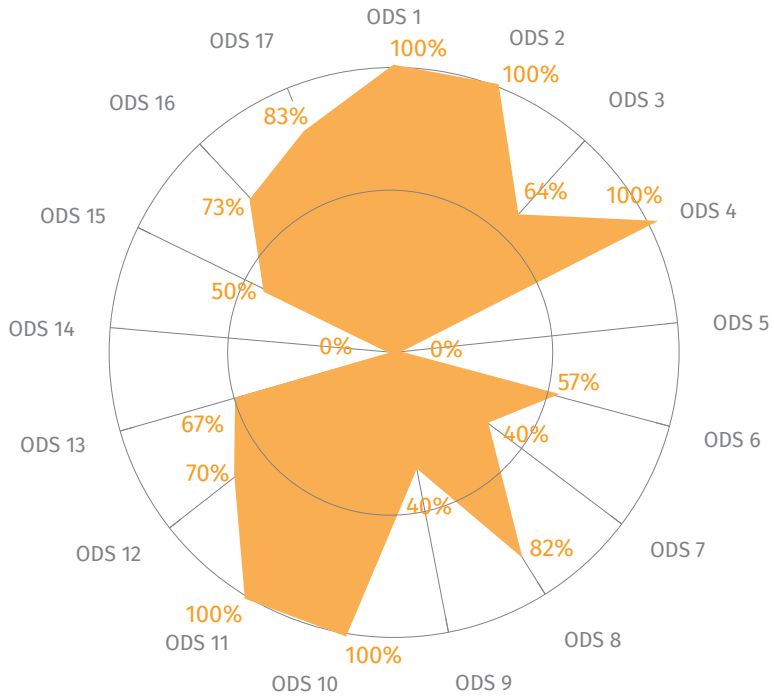
| ODS | METAS CONSIDERADAS | METAS PARCIALMENTE ALINHADAS | METAS TOTALMENTE ALINHADAS | % DE ALINHAMENTO |
|---|---|---|---|---|
| 1.Erradicação da Pobreza | 6 | 3 | 3 | 100% |
| 2.Fome Zero e Agricultura Sustentável | 6 | 3 | 3 | 100% |
| 3.Saúde e bem-estar | 11 | 3 | 4 | 64% |
| 4.Educação de qualidade | 9 | 3 | 6 | 100% |
| 5.Igualdade de gênero | 9 | 0 | 0 | 0% |
| 6.Água potável e saneamento | 7 | 2 | 2 | 57% |
| 7.Energia limpa e acessível | 5 | 2 | 0 | 40% |
| 8.Trabalho decente e crescimento econômico | 11 | 6 | 3 | 82% |
| 9.Indústria, inovação e infraestrutura | 5 | 2 | 0 | 40% |
| 10.Redução das desigualdades | 4 | 4 | 0 | 100% |
| 11.Cidades e comunidades sustentáveis | 9 | 3 | 6 | 100% |
| 12.Consumo e produção responsáveis | 10 | 5 | 2 | 70% |
| 13.Ação contra a mudança do clima | 3 | 2 | 0 | 67% |
| 14.Vida na água* | 0 | 0 | 0 | 0% |
| 15.Vida terrestre | 10 | 2 | 3 | 50% |
| 16.Paz, Justiça e Instituições eficazes | 11 | 5 | 3 | 73% |
| 17.Parcerias e meios de implementação | 6 | 1 | 4 | 83% |
| Total | 122 | 46 | 39 | 70% |

*Metas sobre as áreas costeiras, oceanos e vida marinha. ODS não relevante para o município.
Fonte: PNUD.

Os Gráficos 2 e 3 a seguir estão dispostos em radar e ilustram a “mancha de alinhamento”. Segundo a metodologia do RIA, quanto mais completo o gráfico com a mancha colorida, ou seja, quanto mais próximo às bordas, mais alinhado estaria o PPA em relação aos ODS. Quanto maior o espaço em branco, menor o alinhamento.

Os gráficos também ilustram dois tipos de manchas: a porcentagem de metas ODS que se **alinharam parcialmente** com as metas PPA (em que existem um ou mais objetivos/ações municipais que correspondem à meta ODS avaliada, mas não correspondem plenamente, seja por alcance ou ambição, ou não existem indicadores que meçam o seu progresso) e a porcentagem de metas que se **alinharam totalmente** (existem um ou mais objetivos/ações municipais que correspondem à meta ODS avaliada, não somente em relação ao texto, mas também em relação ao alcance e ambição).

**Gráfico 2:**
Porcentagem de alinhamento das metas dos ODS com o PPA




Fonte: PNUD.

Considerando as metas que foram totalmente e parcialmente alinhadas, a partir da análise da Tabela 1 e do Gráfico 2, pode-se observar que os ODS 1, 2, 4, 10 e 11 tiveram 100% de alinhamento. Os ODS 8, 12, 16 e 17 atingiram porcentagens entre 70 e 83%, formando o grupo dos ODS que tiveram maior porcentagem de compatibilização com as metas do PPA.

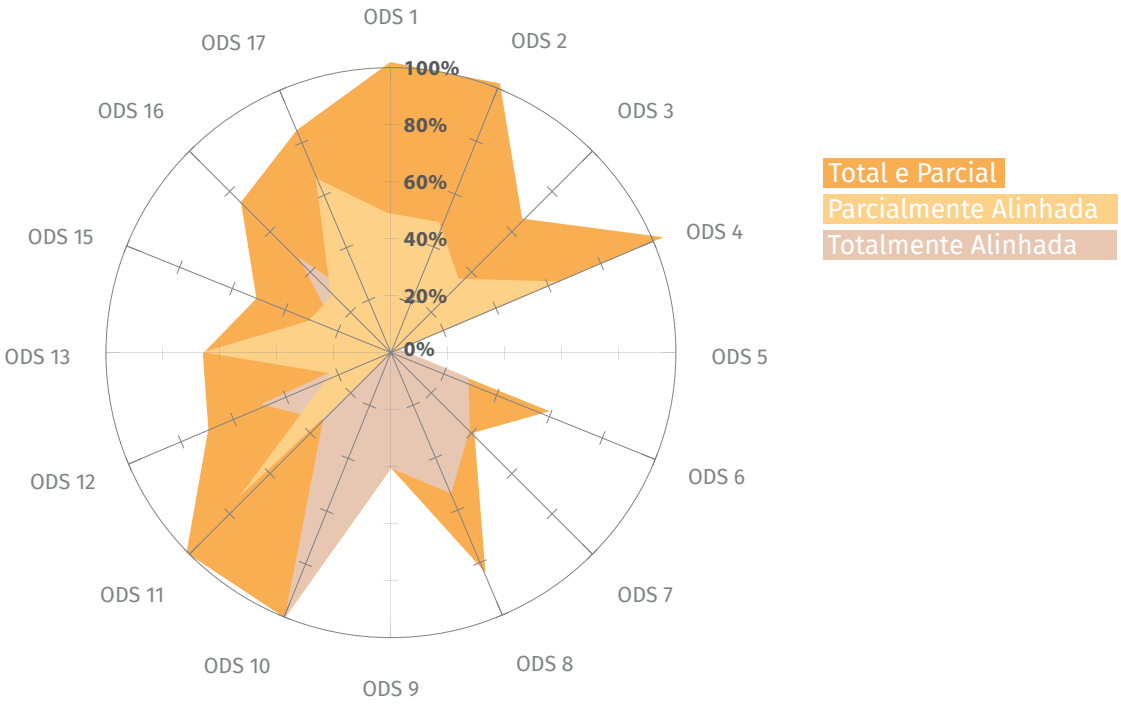
Os ODS 3, 6, 13 e 15 tiveram um alinhamento mediano, de 64%, 57%, 67% e 50%, respectivamente. Já os ODS 7 e 9 tiveram um percentual de alinhamento mais baixo, de 40%. O ODS 5 não foi abordado em nenhum dos programas apresentados. O ODS 14, vida na água, não foi considerado nesse diagnóstico, dada a posição geográfica do município.

Desse gráfico, depreende-se que políticas relacionadas à erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, educação, redução das desigualdades, cidades e comunidades sustentáveis, trabalho digno, crescimento econômico, políticas voltadas para produção e consumo responsáveis, paz, justiça e instituições eficazes e parcerias possuem as maiores taxas de priorização no município, seguido por saúde e bem-estar, recursos hídricos, saneamento, mudanças climáticas e vida terrestre.

Por outro lado, estão sub-representados em seu PPA temas como: energia elétrica, indústria, inovação e infraestrutura. Já políticas públicas que envolvem os temas de igualdade de gênero não foram localizadas nos documentos apresentados no PPA.

## INFOGRÁFICO RESUMO DOS PERCENTUAIS

**Gráfico 3:**
Porcentagem de alinhamento das metas dos ODS com o PPA, por nível de alinhamento (metas parcialmente, totalmente e totalmente + parcialmente alinhadas)




Fonte: PNUD.

O Gráfico demonstra que a porcentagem de metas alinhadas parcialmente por ODS em laranja, das metas alinhadas totalmente em laranja claro e da soma das parcialmente e totalmente alinhadas em laranja escuro.

É possível identificar que dentre as metas que foram consideradas para este relatório, 32% estão totalmente alinhadas com a Agenda 2030 e 38% estão parcialmente alinhadas com ela, sendo que os ODS 4, 11 e 17 obtiveram o maior número de metas com alinhamento total e os ODS 8, 12 e 16 tiveram maior alinhamento parcial do que total.

Por outro lado, os ODS 7, 9, 13 e 10 não tiveram metas com alinhamento total em relação aos programas do PPA, mas tiveram metas localizadas com alinhamento parcial.

Vale destacar que não houve alinhamento nem parcial nem total no âmbito do ODS 5, o que demonstra margem para aprimoramento das metas do PPA e aproximação com Agenda 2030.

Quando consideramos todas as metas alinhadas, tanto as que tiveram alinhamento parcial quanto total, nota-se que existe um bom alinhamento municipal, atingindo 70% das metas, como podemos visualizar no Gráfico 3. Por outro lado, quando consideramos somente as metas que se alinharam totalmente, o município apresenta um alinhamento total de 32%.

# NÍVEL DE ALINHAMENTO DO PLANO PLURIANUAL AOS 5 P'S DA AGENDA 2030

Do cruzamento entre o PPA e as metas da Agenda 2030 também foram realizadas análises importantes sobre a distribuição das metas alinhadas entre os 5 P's da Agenda. Os 17 objetivos da Agenda 2030 são classificados quanto à sua relação com cada um dos 5 P's (Pessoas, Planeta, Paz, Prosperidade e Parcerias). Ou seja, toda a Agenda 2030 está subdividida entre essas áreas, cada uma das 169 metas possui uma porcentagem de cada um dos 5 P's, obedecendo a uma proporcionalidade que se relaciona à sua natureza temática. Ao gerar a correspondência dos objetivos/ações municipais com as metas ODS é possível verificar o grau de alinhamento das prioridades municipais em relação a essas áreas.

**Tabela 2:**
Porcentagem de alinhamento do PPA com os 5 P's da Agenda 2030

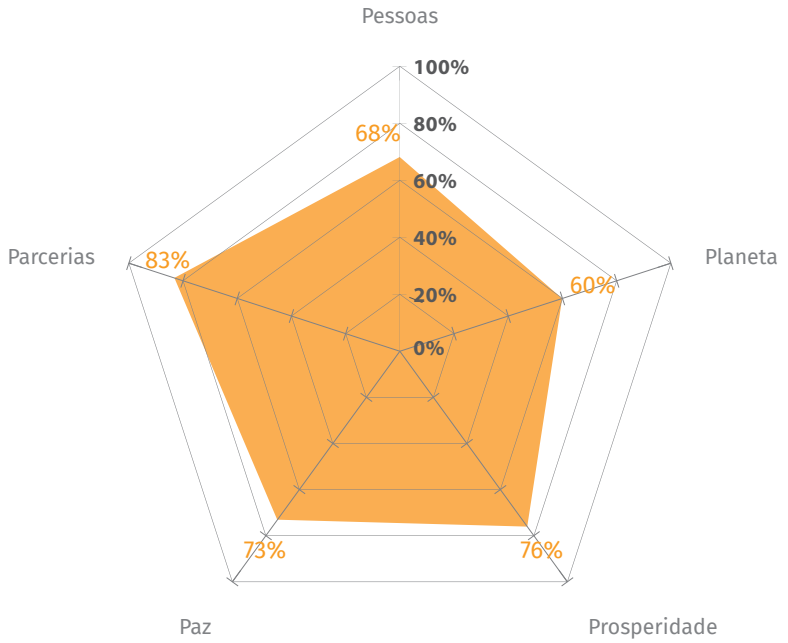
| P'S | Nº DE METAS POR P'S | METAS ALINHADAS | % DE ALINHAMENTO |
|---|---|---|---|
| Pessoas | 41 | 28 | 68% |
| Planeta | 30 | 18 | 60% |
| Prosperidade | 34 | 26 | 76% |
| Paz | 11 | 8 | 73% |
| Parcerias | 6 | 5 | 83% |

Fonte: PNUD.

A análise da Tabela 2, graficamente representada em seguida (Gráfico 4), mostra que as dimensões Parcerias, Prosperidade e Paz tiveram maior porcentagem de alinhamento, resultando em 83%, 76% e 73% respectivamente.

Em seguida, encontram-se as dimensões Pessoas e Planeta, com 68% e 60% de alinhamento. Para a análise de alinhamento dos 5 P's com o PPA, foram levadas em consideração as metas parcialmente e totalmente alinhadas.

**Gráfico 4:**
Porcentagem de alinhamento dos 5 P's da Agenda 2030 com o PPA




Fonte: PNUD.

Os maiores índices de alinhamentos com as áreas de Parceria e Prosperidade devem-se em parte ao fortalecimento e a promoção de parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil para o desenvolvimento sustentável. No caso de **Alta Floresta,** um melhor desempenho poderá ocorrer caso se fortaleçam as ações relacionadas aos eixos Prosperidade, Paz, Pessoas e Planeta, em que o alinhamento foi um pouco menor do que as outras dimensões.

O município apresentou bom alinhamento em relação às metas da dimensão Prosperidade a partir de políticas para redução das desigualdades e o fortalecimento de cidades e comunidades sustentáveis, porém ainda há espaço para um melhor alinhamento nos temas de emprego, energia, indústria e inovação.

No P de Paz foram identificadas iniciativas para disponibilizar o acesso à justiça, desenvolvimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes e políticas não discriminatórias, mas ainda há espaço para um melhor alinhamento e maior focalização nas políticas de segurança pública e pro-

teção de mulheres e crianças, combate à corrupção e ao crime organizado e à violação de direitos humanos, por exemplo.

Na dimensão Pessoas, estão refletidas as políticas sociais voltadas à erradicação da pobreza e agricultura sustentável, saúde e a promoção de educação de qualidade, no entanto não foram encontrados programas voltados para a igualdade de gênero;

Para dimensão Planeta, foi encontrado maior alinhamento a políticas relacionadas à conscientização sobre o consumo e produção responsáveis, mas ainda com baixo alinhamento nos temas que englobam as áreas água e saneamento, conservação da biodiversidade e mudanças climáticas.

Ainda no que se refere ao P de Parcerias, vale ressaltar que ações realizadas em um ambiente de cooperação são essenciais para viabilização das metas, visto que o caráter integrado dos ODS implica nas sinergias entre as metas, ou seja, o alto ou baixo alinhamento de uma meta de parceria aumenta ou minimiza toda a ancoragem da Agenda 2030 e o exercício de sistematizar estratégias pode levar a um maior alinhamento nesse eixo.

# DESAFIOS E OPORTUNIDADES

## PARA O ALCANCE DOS ODS

Ao se observar o alinhamento do PPA com as metas ODS, foram identificados desafios e oportunidades referentes à localização da Agenda 2030 no município de Alta Floresta. A análise se baseia nos resultados obtidos com a utilização da metodologia RIA e se utiliza de dados estatísticos para realizar um diagnóstico mais complexo dos desafios e oportunidades para o alcance dos ODS.

Os dados desse diagnóstico evidenciam a realidade do município. Tais informações auxiliam na identificação das lacunas e oportunidades no planejamento e, consequentemente, no direcionamento de políticas rumo ao desenvolvimento sustentável.

# ODS 1, 2, 3, 4 E 5

| ODS | METAS CONSIDERADAS | METAS PARCIALMENTE ALINHADAS | METAS TOTALMENTE ALINHADAS | % DE ALINHAMENTO |
|---|---|---|---|---|
| 1. Erradicação da Pobreza | 6 | 3 | 3 | 100% |
| 2. Fome Zero e Agricultura Sustentável | 6 | 3 | 3 | 100% |
| 3. Saúde e bem-estar | 11 | 3 | 4 | 64% |
| 4. Educação de qualidade | 9 | 3 | 6 | 100% |
| 5. Igualdade de gênero | 9 | 0 | 0 | 0% |

Fonte: PNUD.

O município de **Alta Floresta** mostra intensa preocupação em seu PPA com a implementação de políticas sociais, com a agricultura e com a educação: nos ODS 1, 2 e 4, onde 100% das metas foram alinhadas. Essa priorização dialoga com alguns indicadores registrados nos últimos anos.

Segundo o *Relatório Regional de Desenvolvimento para América Latina e o Caribe 2016 – Progresso Multidimensional,* o bem-estar para além da renda, o acesso a ativos, a sistemas de cuidado, à qualidade laboral e à proteção social, como programas de transferência de renda, são parte de políticas para a redução da vulnerabilidade social e da pobreza de cidadãos e cidadãs. Tendo isso em vista, em dezembro de 2020, 1.858 famílias de Alta Floresta eram beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e em âmbito municipal, cerca de 12,5 milhões de reais foram pagos em benefícios nesse mesmo ano.

Sobre os indicadores da desnutrição, o percentual de crianças com até 2 anos desnutridas aumentou entre os anos de 2019 e 2020, porém ainda está abaixo da média nacional e estadual, quando em Mato Grosso essa taxa foi de 6,5% e no Brasil 5,4%. Em 2019, o município apresentou uma taxa de 2,7% e em 2020, foi para 4,7%.

Resultados sobre o ODS 4 contribuem para a reflexão da priorização da área de educação no município, uma vez que os dados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de Alta Floresta vêm apresentando um bom desempenho nas suas edições, porém os anos iniciais do ensino fundamental não alcançou a meta sugerida na última avaliação (2019), o que pode apontar, de modo geral, lacunas nas políticas educacionais do município.

No ODS 3, encontramos 64% de alinhamento com o PPA municipal e dados que refletem o esforço do município em priorizar a área de saúde e bem-estar da população, mas possui indicadores importantes que sinalizam um alerta para o município, como os casos de incidência de aids, hepatite, tuberculose e dengue. Entre os anos de 2010 e 2019, o município também apresentou taxas acima das médias em casos de mortalidade infantil e de mortalidade neonatal e possui registros de mortalidade materna, conforme dados divulgados pelo Ministério da Saúde (Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM).

Por fim, Alta Floresta não apresenta nenhum alinhamento com as metas do ODS 5 (Igualdade de Gênero), o que demonstra a necessidade de fortalecimento do compromisso do município com ações voltadas à promoção de direitos e empoderamento das mulheres. Para alcançar o ODS 5 em sua totalidade, é importante que essas ações sejam priorizadas, principalmente no que diz respeito ao enfrentamento a alguns tipos de condutas culturais nocivas contra as mulheres como a discriminação e a violência doméstica e promover iniciativas para valorizar o trabalho doméstico e fomentar o uso de tecnologias para empoderamento feminino.

A participação feminina nos espaços de poder e tomada de decisão é imprescindível para uma melhor igualdade de gênero. As estatísticas eleitorais apontam que apenas duas vereadoras foram eleitas no município nas eleições de 2020 (TSE, 2021).

## Metas que não apresentaram alinhamento

### ODS 3

3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos

3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos

3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool

3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

## ODS 5

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

# ODS 6, 12, 13, 14 E 15

| ODS | METAS CONSIDERADAS | METAS PARCIALMENTE ALINHADAS | METAS TOTALMENTE ALINHADAS | % DE ALINHAMENTO |
|---|---|---|---|---|
| 6. Água potável e saneamento | 7 | 2 | 2 | 57% |
| 12. Consumo e produção responsáveis | 10 | 5 | 2 | 70% |
| 13. Ação contra a mudança do clima | 3 | 7 | 0 | 67% |
| 14. Vida na água | - | - | - | - |
| 15. Vida terrestre | 10 | 2 | 3 | 50% |

Fonte: PNUD.

Com relação aos ODS 6, 12, 13 e 15, houve alinhamento das metas ODS com o PPA, (57%, 70%, 67% e 50%, que indicam nível intermediário de políticas relacionadas às respectivas metas e frente ao cuidado com os recursos hídricos, o consumo e produção responsáveis e vida terrestre.

Ainda assim, o município de **Alta Floresta** ainda possui um grande desafio, quando se refere à implantação de um sistema de saneamento básico. Em 2020, cerca de 15% da população não tinha acesso à água e 60% não contava com os serviços de coleta de esgoto. Diante disso, a priorização de metas relacionadas ao saneamento básico é essencial para proporcionar avanços nessa temática, considerando também que uma gestão eficiente do uso da água exige governança e participação da comunidade local.

No que se refere ao consumo e produção responsáveis, o município apresentou um bom alinhamento ao ODS 12, porém, de maneira ainda muito subjetiva, considerando que todas as temáticas que envolvem esse objetivo estão parcialmente alinhadas no PPA, atreladas a outros programas.

A economia municipal possui uma boa concentração de atividades no setor agrícola e pecuário, e a sua produção, bem como o uso dos solos e dos recursos naturais, foi abordada em algumas ações, porém deve-se ampliar o foco para atingir as metas relacionadas ao consumo consciente e práticas sustentáveis de produção, distribuição e comercialização de seus produtos, envolvendo toda a cadeia produtiva, além do desperdício de alimentos e o manejo de produtos químicos.

Algumas das metas relativas à mudança do clima, ODS 13, foram mencionadas no documento, porém ainda não estão respaldadas por programas relacionados à gestão de riscos e desastres naturais. Atenção especial merece ser dada a essa temática e requer revisão e fortalecimento das ações,

inclusive via reforço da Defesa Civil, uma vez que os municípios estão vulneráveis aos impactos adversos desse fenômeno.

O ODS 15, Vida Terrestre, apresentou alinhamento mediano nesta análise e de acordo com dados do Prodes (Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite), a área total desmatada nos últimos 10 anos (2010-2019) em Alta Floresta foi de 8.010 hectares. O município está inserido no bioma da Amazônia e existem duas unidades de conservação cadastradas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em seu território, fator que gera preocupação quanto à preservação de florestas na área do município, considerando a baixa aderência de metas nessa área.

Ao analisarmos o desmatamento ano a ano, no município de Alta Floresta (2010 a 2019), observa-se que houve um grande aumento do percentual de desmatamento anual, que passou de 290 hectares (0,07%) em 2010, para 1.510 hectares (0,38%) em 2019, de acordo com estudos levantados pelo Prodes Brasil. Além disso, o estado do Mato Grosso tem uma grande contribuição no total de focos de queimadas no país, o que eleva a preocupação com os impactos das mudanças climáticas e alternativas para mitigação da produção de gases de efeito estufa na atmosfera (INPE, 2021).

Tais fatos apontam para a necessidade de construir instrumentos de planejamento e ação com urgência para fomentar investimentos em saneamento básico, proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis e combater a mudança do clima e seus impactos.

## Metas que não apresentaram alinhamento

### ODS 6

6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos

6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água

6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado

## ODS 12

12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita

12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente

12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios

## ODS 13

13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

## ODS 14

14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes

14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos

14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis

14.4 Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas

14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível

14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio

14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo

14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos

14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados

14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”

## ODS 15

15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo

15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos

15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas

15.b Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento

15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável

# ODS 7, 8, 9, 10 E 11

| ODS | METAS CONSIDERADAS | METAS PARCIALMENTE ALINHADAS | METAS TOTALMENTE ALINHADAS | % DE ALINHAMENTO |
|---|---|---|---|---|
| 7. Energia limpa e acessível | 5 | 2 | 0 | 40% |
| 8. Trabalho decente e crescimento econômico | 11 | 6 | 3 | 82% |
| 9. Indústria, inovação e infraestrutura | 5 | 2 | 0 | 40% |
| 10. Redução das desigualdades | 4 | 4 | 0 | 100% |
| 11. Cidades e comunidades sustentáveis | 9 | 3 | 6 | 100% |

Fonte: PNUD.

No que tange ao ODS 10, 100% das metas foram alinhadas, dada a existência de programas relacionados à proteção social e inclusão. Deve-se considerar que ações voltadas a essa temática diminuem a vulnerabilidade e a desigualdade social da população, causando reflexos em outras áreas, como a violência urbana, a igualdade de gênero, o emprego e renda, entre outros. Entre as principais políticas do município, podemos destacar os programas de Gestão da Proteção Social Básica e Gestão da Proteção Especial.

Aconselha-se, assim, a promoção dessas ações, para que elas reforcem o mote da Agenda 2030 de não deixar ninguém para trás e priorizem os grupos minoritários, garantindo que essas pessoas também sejam beneficiárias do desenvolvimento humano sustentável.

O ODS 11, que trata de questões relacionadas ao planejamento urbano e à infraestrutura das cidades, também obteve 100% de alinhamento, sendo que entre as nove metas consideradas, todas apresentaram algum tipo de alinhamento, resultado bastante relevante para Alta Floresta, considerando as perspectivas de crescimento demográfico, associado à oferta de serviços públicos essenciais. Nesse sentido, os programas que atendem as metas relacionadas ao tema cidades sustentáveis são: Gestão Administrativa, Integração e Infraestrutura Urbana, Infraestrutura Patrimonial, Jardinagem e Paisagismo, Renovação da Frota e Gestão Ambiental.

Quando analisamos o ODS 8, nota-se que o município apresentou um alinhamento de 82% na área de trabalho e crescimento econômico O saldo de empregos formais foi positivo para o período de 2010 a 2019, com 2.719 postos de trabalho, porém pode se tornar um cenário mais preocupante para o município, se associado ao período de retração econômica devido à Pandemia por Covid-19, e que pode impactar diversos setores da economia (CAGED, 2021).

Nessa área, estão alinhadas as ações dos programas de Aprimoramento de Lideranças, Educação do Ensino Superior, Jovem Aprendiz, Aprimoramento e Capacitação, Projetos e Políticas Públicas para In-

dústria, Comércio, Serviços e Turismo e ainda o Fomento à Agricultura Familiar. Em 2019, Alta Floresta alcançou a 16ª colocação no ranking de maior PIB per capita entre os municípios do estado de Mato Grosso (IBGE, 2021).

O baixo alinhamento do PPA ao ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura – (40%), reforça a necessidade de os municípios não só definirem estratégias para atrair novas indústrias, mas também priorizarem empresas que buscam a inovação e processos industriais limpos, e simultaneamente disponibilizarem recursos e reforçarem parcerias para melhorar a infraestrutura do município no que concerne ao sistema viário e logística, o acesso a serviços financeiros e investimento em tecnologia, informação, comunicação e segurança de dados. De acordo com a análise do PIB por setor de Alta Floresta, a Indústria impulsionou a economia local e é a terceira atividade que mais agrega valor ao PIB, depois de Serviços e Administração (IBGE Cidades, 2021) e a agropecuária vem aumentando consideravelmente sua produção de soja e milho, com destaque também para o rebanho de gado de corte e produção leiteira.

Por fim, as metas relacionadas ao ODS 7 tiveram 40% de alinhamento e o município, assim como outras regiões do Brasil, apresentou evolução ampla no fornecimento de energia elétrica para as habitações (em 1991, havia 60,03% de pessoas domicílios com energia elétrica, e, em 2010, esse valor aumenta para 99,61%) (PNUD, IPEA, FJP, 2021), porém ainda não foram definidas políticas para assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia, o incentivo ao uso de energias renováveis e em pesquisas em energia limpa.

Além de ser importante para o dia a dia das pessoas e para melhorar sua qualidade de vida, o acesso à energia é fundamental para o desenvolvimento regional, já que possibilita a produção industrial, rural e o comércio. Ainda que a matriz energética no Brasil seja nacional, é preciso que, em todas as localidades, a energia seja um recurso disponível, e de produção e uso sustentável, com preços acessíveis para todas as pessoas. O ODS 7 ressalta a importância de não só aumentar a infraestrutura, fornecendo energia elétrica aos que são privados desse serviço, mas melhorar a eficiência e possibilitar uma mudança na matriz energética para processos de geração de energia mais sustentáveis.

# Metas que não apresentaram alinhamento

## ODS 7

7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global

7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética

7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa.

## ODS 8

8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos

## ODS 9

9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos

9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados

9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades

# ODS 16

| ODS | METAS CONSIDERADAS | METAS PARCIALMENTE ALINHADAS | METAS TOTALMENTE ALINHADAS | % DE ALINHAMENTO |
|---|---|---|---|---|
| 16. Paz, Justiça e Instituições eficazes | 11 | 5 | 3 | 73% |

Fonte: PNUD.

Ainda que quando se trate do tema “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”, o ODS 16 ganhe centralidade, ressalta-se que o cumprimento desse ODS não está descolado da implementação de outras metas da Agenda. Uma sociedade pacífica se constrói por meio do acesso a direitos básicos, como saúde, educação, moradia e alimentação de qualidade, bem como pelo combate à corrupção, pelo fortalecimento institucional e pela promoção da segurança pública.

O município apresentou dados relativos à transparência que precisam ser observados, segundo o Ranking Nacional dos Portais da Transparência do Ministério Público Federal. Dentre os 141 municípios do estado de Mato Grosso**, Alta Floresta** ficou na 53ª posição, com um índice de 6,60, o que significa um nível intermediário de transparência pública municipal. O índice do município foi superior à média nacional, que foi de 5,21, porém ainda muito inferior em relação à média do estado, que foi de 9,80.

O alinhamento de 73% do PPA às metas do ODS 16 sugere uma preocupação do município em promover a segurança e a paz. Sobre os registros de homicídios de 2010 a 2019, foram notificados 189 óbitos no período de 2010 a 2019 em Alta Floresta, sendo que 69% das vítimas eram negras. De 2017 a 2019 o município registrou diminuição nos casos de violência letal, passando de 29 em 2017, para 13 em 2018 e 12 em 2019, de acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade (Datasus). Ainda sobre o ODS 16, apesar de os números oscilarem bastante, sem um padrão claro de queda, houve uma redução na taxa de homicídio doloso, diminuindo de 57,78/100 mil habitantes para 23,17/100 mil habitantes entre os anos de 2017 e 2019.

Não há informação disponível sobre feminicídio para o município de Alta Floresta. A ampla produção de dados sobre esses casos é fundamental para seu enfrentamento, dado que muitos resultados nem sempre refletem completamente a realidade, devido às altas taxas de subnotificação de casos de violência contra a mulher.

## Metas que não apresentaram alinhamento

### ODS 16

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares

16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado

16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

# ODS 17

| ODS | METAS CONSIDERADAS | METAS PARCIALMENTE ALINHADAS | METAS TOTALMENTE ALINHADAS | % DE ALINHAMENTO |
|---|---|---|---|---|
| 17. Parcerias e meios de implementação | 6 | 1 | 4 | 83% |

Fonte: PNUD.

Com a adequação das metas ao contexto municipal, **Alta Floresta** teve 83% das metas alinhadas com o ODS 17, o mais relevante para a dimensão Parcerias e no PPA está em consonância com os programas: Gestão de Arrecadação, Integração Urbana, Convênios e Parcerias, Casa dos Conselhos e Gestão de Indicadores, sendo quatro metas alinhadas parcialmente e uma totalmente alinhada, sinalizando que ainda existe necessidade de uma maior inclusão dessas temáticas no planejamento municipal.

Embora não seja tradicionalmente descrita nos instrumentos governamentais, ainda assim é uma área central para a execução das atividades finalísticas da prefeitura e deve ser tratada de forma transversal entre todas as secretarias municipais e inserida no escopo de todos os programas e projetos. Ações realizadas em parceria possuem enorme potencial de contribuição e fortalecimento para o desenvolvimento sustentável, o que pode refletir avanços para os municípios e dar alicerce para projetos da área social, ambiental, econômica e institucional.

Ainda assim, uma medida sugerida para impulsionar a implementação dos ODS por meio de parcerias no município de Alta Floresta é a criação de uma Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que possa atuar como um instrumento institucional envolvendo a comunidade empresarial, científica, política e civil local.

## Metas que não apresentaram alinhamento

### ODS 17

17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020

# MONITORAMENTO DO PPA À LUZ DA AGENDA 2030

O PPA fixa os programas e ações do município por quatro anos, estabelecendo os órgãos municipais responsáveis por sua execução. Descreve os objetivos e detalha as ações estabelecidas de cada programa. O PPA também traz um indicativo orçamentário demonstrando as previsões de receita e de despesas do município. O orçamento é organizado em programas e ações a serem executadas, bem como indicadores de monitoramento das ações. Os indicadores de acompanhamento presentes no PPA serão importantes aliados no aprimoramento da capacidade estatística municipal, que pode contribuir para uma melhor elaboração e focalização de políticas públicas, e consequentemente, para o alinhamento das metas ODS e aceleração de seu cumprimento.

A descrição dos objetivos de cada programa é de fácil compreensão e estes são passíveis de implementação no município. No entanto, o texto e, consequentemente, seu objetivo final poderia estar mais próximos ao utilizado pela Agenda 2030, garantindo que o alcance e ambição estejam contemplados e que a ocorrência de alinhamento total seja predominante, sempre respeitando as características e prioridades do município.

No PPA percebe-se um intuito muito maior na regulamentação do orçamento municipal do que no monitoramento da execução de políticas públicas municipais, que se fazem necessárias para um melhor alinhamento com as metas da Agenda 2030. A busca por um equilíbrio entres esses fatores pode ser alavancada nos próximos documentos, adotando como boa prática o cumprimento dos planos municipais e a entrega de serviços públicos para a população.

Sugere-se que o município crie dispositivos, registros e relatórios de acompanhamento para uma maior aproximação entre os indicadores utilizados no PPA e os indicadores próprios das 169 metas dos ODS. Esse exercício pode se tornar uma poderosa ferramenta de implementação de políticas públicas, visto que contém objetivos e metas que podem ser facilmente adaptados a diferentes realidades.

# CONCLUSÃO

O município de **Alta Floresta** possui um bom resultado no alinhamento das metas municipais aos ODS, o que é estratégico quando consideramos que estamos na última década para alcance das metas da Agenda 2030. A distribuição das dimensões da Agenda é positiva para todos os temas e evidencia a pluralidade dos ODS e a amplitude das políticas públicas.

Alguns ODS das dimensões Pessoas apresentaram 100% de alinhamento, como os ODS 1, 2, e 4, relativos à proteção social, agricultura familiar e segurança alimentar e educação. Na dimensão prosperidade, o destaque foi para o ODS 10, com temas ligados à igualdade e direitos humanos e para o ODS 11, que representa ações para o desenvolvimento de cidades sustentáveis, já que ambos alcançaram 100% de priorização.

Outros objetivos tiveram alinhamento mediano como os da dimensão Planeta e o conjunto de metas dos ODS 6, 12, 13 e 15 e o da dimensão Paz com as metas do ODS 16. As lacunas e desafios identificados nesses ODS e suas resoluções podem auxiliar na aceleração do cumprimento das metas e no alcance da Agenda 2030 pelo município.

A maior convergência ocorreu no tema Parcerias e vale destacar a importância que bons resultados nessa dimensão têm para manter o equilíbrio e o desempenho geral nas demais metas. É importante refletir sobre as sinergias e contradições com as metas de outros ODS, especialmente em razão do princípio da transversalidade dos ODS e a necessidade de participação ativa da sociedade civil, do setor privado, da academia e dos governos.

Além disso, uma melhora na produção de dados e de indicadores para monitoramento do PPA, principalmente naqueles que ainda não possuem dados desagregados para acompanhamento da efetivação das políticas, e a disponibilização de outros mecanismos e processos de monitoramento do PPA, se existentes, contribuirão com o cumprimento das metas e o alcance de um desenvolvimento mais sustentável do município no médio e longo prazo.

A metodologia RIA mede o norteamento das ideias e ações estabelecidas pelos programas do PPA em relação às metas da Agenda 2030. O alinhamento entre PPA e os ODS é um importante passo para o alcance das metas de desenvolvimento sustentável propostas para serem alcançadas até 2030. Entretanto, o RIA deve ser entendido como forma complementar de diagnosticar a situação de uma localidade frente ao engajamento com os ODS, logo que, para alcançar as metas, é necessário também realizar o acompanhamento da dinâmica dos indicadores, ações e políticas públicas que possam proporcionar o desenvolvimento em todas as suas frentes.

Por fim, nota-se que há ainda espaço para revisão e priorização das metas e se faz necessário um exercício de reflexão e mapeamento das ações já existentes, que podem estar invisibilizadas no PPA. Sugere-se que nos documentos futuros, além de conferir mais ênfase aos ODS não priorizados no PPA analisado, a descrição dos objetivos de cada programa e os indicadores utilizados para aferir o cumprimento das metas estejam mais próximos aos propostos pela Agenda 2030, garantindo que o alcance e a ambição estejam contemplados e que a ocorrência de alinhamento total seja predominante, sempre respeitando as características e prioridades do município.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


BRASIL. DECRETO Nº 8.892, DE 27 DE OUTUBRO DE 2016. **Cria a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8892.htm>. Acesso em: 16 nov. 2018.

_____. Presidência da República. Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014. 2015. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/55a-legislatura/cpi-morte-e-desaparecimento-de-jovens/documentos/audiencias-publicas/anuario-2>. Acesso em: 05 jan.

_____. Ministério da Cidadania. **Bolsa Família e Cadastro Único.** 2021. Disponível em: < https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/relatorio-completo.html>. Acesso em: 05 dez. 2021.

_____. **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional** – SISVAN. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/>. Acesso em 23 nov. 2021.

_____. Datasus – **Sistema de Informações sobre Mortalidade** – SIM. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10br.def>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho (MT). **Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho.** Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Estatísticas Eleitorais.** Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 12 out. 2021

IBGE. **Censo demográfico** 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Alta Floresta. 2**021. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/altafloresta/panorama >. Acesso em: 10 de dezembro. 2020.

_____. **Estimativas de população**, 2020. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads >. Acesso em: 23 ago. 2021.

IBGE Cidades. **Produto Interno Bruto dos Municípios.** 2019. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/alta-floresta/pesquisa/38/0 >Acesso em 10 de dez. 2021

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Queimadas.** 2021. Disponível em: <https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal>. Acesso em: 20 ago. 2021.

INEP. **IDEB – Resultados e Metas.** 2019. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 05 dez. 2021.

IPEA. Ministério da Economia. **Atlas da Violência: Retratos dos Municípios Brasileiros.** 2019. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9406>. Acesso em: 05 dez. 2021.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Ranking nacional dos portais da transparência.** Disponível em: <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking>. Acesso em: 13 ago. 2021

UN. **Transformando Nosso Mundo:** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

UNSSC. **La Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible.** Disponível em: <https://www.unssc.org/sites/unssc.org/files/2030_agenda_for_sustainable_development_-_kcsd_primer-spanish.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2018.

PNUD, Ipea, FJP. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João Pinheiro. **O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro.** Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

_____. Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe – **Progreso multidimensional: bienestar más allá del ingresso.** PNUD: new York, 2016. Disponível em: <http://www.latinamerica.undp.org/content/rblac/es/home/library/human_development/informe-regional-sobre-desarrollo-humano-para-america-latina-y-e.html>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>. Acesso em: 16 nov. 2018.

PNUD. **Agenda 2030** – Entenda. PNUD: Brasília, 2017a. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em: 02 dez. 2018.

_____. **Desenvolvimento Humano para Além das Médias.** PNUD, Ipea, FJP: Brasília, 2017b. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/desenvolvimento-alem-das-medias.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ACELERANDO O DESENVOLVIMENTO

JACAREACANGA PARANAÍTA ALTA FLORESTA

Hidrelétrica TELES PIRES

NEOENERGIA Eletrobras CGT Eletrosul Furnas

BNDES

PNUD